ou a cargo desta não poderão acumular funções com outros empregos públicos, nem dos corpos e corporações administrativas.

Art. 26.º Os empregados dos serviços a cargo das juntas têm as mesmas atribuições e competência dos funcionários dos serviços congêneres do Estado.

Art. 27.º A junta geral pode considerar findos todos os contratos de prestação de serviços pessoais dos empregados por ela contratados, que tenham sido efectuados fora do caso previsto na segunda parte do § 3.º do artigo 87.º da lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1923; e de futuro nenhum contrato de prestação de serviços poderá efectuar por mais de cinco anos, só podendo renová-los por períodos iguais ou inferiores, mediante especial deliberação da mesma junta.

Art. 28.º Passam a estar a cargo do Estado todo o pessoal e os serviços da policia civica dos distritos do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, bem como o pessoal e os serviços de sanidade marítima.

§ 1.º A cargo das juntas gerais respectivas fica a instalação da policia em edificio adequado e a necessária conservação d'este, devendo entregar ao Estado todo o mobiliário, armamento e fundos existentes dos corpos de policia dos distritos.

§ 2.º Passam à posse do Estado os edificios do posto de desinfecção, hospital de isolamento e outros do serviço de sanidade marítima, bem como as embarcações, máquinas e aparelhos e mobiliários em geral dos mesmos serviços.

Art. 29.º Recusando a comissão executiva ordenar o pagamento de despesas regularmente autorizadas e liquidadas, poderão os respectivos credores reclamar perante o competente tribunal do contencioso, que ordenará o pagamento se julgar procedente a reclamação, tendo a sentença do tribunal com trânsito em julgado os mesmos efeitos que o mandado, legalmente expedido, ao tesoureiro da junta.

§ único. Considera-se recusado o pagamento que não fôr satisfeito no prazo de sessenta dias a contar da entrega do respectivo requerimento à comissão executiva, para que o mande efectuar.

Art. 30.º Os credores das juntas gerais, com sentença ou outro título exequível, por quantia líquida, poderão obter pagamento pela forma seguinte:

1.º Se a importância em dívida couber dentro da autorização orçamental para dívidas exigíveis, ou até onde esta chegar, os credores promoverão o pagamento nos termos do artigo anterior;

2.º Não havendo autorização orçamental ou pela importância que a exceder, os credores requererão à junta que inclua a verba necessária em orçamento, e não sendo atendidos recorrerão do primeiro que fôr aprovado para o tribunal competente, que poderá mandar incluír no mesmo orçamento a verba total pedida ou a distribuirá por fracções por esse e pelos primeiros posteriores, como julgar mais conveniente para a administração distrital.

Art. 31.º Os actos notariais em que as juntas sejam outorgantes poderão ser lavrados pelo chefe da secretaria ou por qualquer notário.

Art. 32.º As juntas podem proceder a quaisquer obras por administração directa, mas as alienações de bens, arrendamentos, arrematações de rendimentos e impostos, empreitadas e fornecimentos em que forem interessadas serão sempre feitas em hasta pública, com anúncio por edital publicado com vinte dias, pelo menos, de antecipação, excepto quanto a fornecimentos de expediente ou outros que não excedam a importância de 3.000\$, moeda forte.

§ 1.º Não havendo licitantes abrir-se há novo concurso com o aumento sobre a base da primitiva licitação que fôr julgado conveniente; e, se ainda os não houver, po-

derá proceder-se por contrato ou ajuste particular ou por administração directa.

§ 2.º Serão também dispensados de concurso os fornecimentos de objectos cujos fornecedores sejam únicos ou privilegiados e bem assim os casos urgentes e de conhecida conveniência pública que os tornem necessários.

CAPÍTULO VI

Disposições especiais

Art. 33.º No distrito do Funchal as receitas previstas nas alíneas c) e d) do n.º 7.º do § 1.º do artigo 19.º d'este decreto serão applicadas na sua totalidade a obras de construção e reparação ou conservação de estradas, devendo ser incluídas nos orçamentos ordinários pelo montante calculado pela Direcção de Finanças do distrito, que o comunicará à junta geral ao serem organizados os referidos orçamentos.

Art. 34.º Passam para o cargo da junta geral a biblioteca pública de Ponta Delgada e arquivos na mesma recolhidos, ficando a junta obrigada a prover com os meios necessários ao pessoal, manutenção e conservação respectiva, cumprindo-lhe regulamentar os serviços da mesma biblioteca; e fica também entregue à mesma junta, para ser por esta concluído com a possível brevidade e de futuro conservado, o edificio em construção na Rua de Ernesto do Canto, da mesma cidade, contíguo ao antigo Convento da Graça, com destino àquella biblioteca e arquivos, nas mesmas condições dos outros edificios que pelo Estado lhe têm sido entregues para os diferentes serviços a seu cargo.

Art. 35.º Fica revogada a legislação em contrário e especialmente substituído o decreto de 2 de Março de 1895 que instituiu o regime administrativo autonómico nos distritos das ilhas adjacentes, não se considerando de futuro revogadas as disposições d'este decreto sem expressa referência ao mesmo ou ao regime por elle instituído para as Juntas Gerais dos distritos do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 16 de Fevereiro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*José Vicente de Freitas—Manuel Rodrigues Júnior—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Agnelo Portela—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa—Artur Ivens Ferraz—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Por ordem superior se faz público que a Legação da Bélgica notificou em 23 do corrente terem os Governos da Grécia e da Lituânia aderido à Convenção, assinada em Bruxelas em 31 de Dezembro de 1913, para o estabelecimento de uma estatística comercial internacional.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 24 de Fevereiro de 1928.—O Director Geral, *A. de Oliveira Soares.*